

POLÍTICA

21 MAI 1985
Assembleia

SARNEY CONVOCA A CONSTITUINTE

A convocação da Assembleia Nacional Constituinte poderá estar definida em menos de quinze dias: nesse prazo, o presidente José Sarney deverá remeter ao Congresso sua proposta convocando a assembleia e marcando a eleição dos constituintes para 15 de novembro do próximo ano.

Essa convocação faz parte da estratégia do governo em busca do pacto político, que lhe dê uma trégua prolongada, e que será discutida na reunião de hoje do Conselho Político da Aliança Democrática, no Palácio do Planalto, às 10h da manhã.

Nessa reunião será feita também uma avaliação das chances de aprovação das emendas dos deputados Gastone Righi (PTB-SP) e Alberto Goldman (PMDB-SP), que pretendem transformar o Congresso a ser eleito em novembro de 1986 em Constituinte. Essas duas emendas estão com votação marcada para o próximo dia 12 de junho e o interesse do governo é esvaziá-las, pois as propostas são consideradas "imperfeitas" pelos dirigentes da Aliança Democrática.

Em seu projeto, além de convocar uma Constituinte, que não se confundirá com o Congresso a ser eleito no mesmo dia, o governo quer definir também como seria elaborado o projeto de Constituição a ser dis-

cutido pelos constituintes. Essa preparação durará, assim, ano e meio.

Se o presidente Sarney concordar em mandar logo ao Congresso sua convocação da Constituinte, deverá pedir urgência e prioridade para sua tramitação, e ser anexada como subemenda à proposta dos parlamentares. Nesse caso, será votada no próximo dia 12. Se ela não for anexada, o PMDB e o PFL terão ao menos uma justificativa para negar quorum à aprovação das propostas de Righi e Goldman, já com parecer desfavorável na comissão mista que as examinou.

Pacto

Os líderes governistas Pimenta da Veiga e Humberto Lucena, da Câmara e do Senado, não têm dúvidas de que a iniciativa de convocação da Constituinte deve partir do governo.

— Basicamente, ela constituirá o pacto político proposto pelo governo — assinalaram.

Pimenta da Veiga frisou que esse pacto não deverá ser visto como adesão ou apoio ao governo, mas basicamente direcionado para o aperfeiçoamento democrático. Considerou oportuno, no entanto, que o presidente esclareça seus limites na reunião do

Em duas semanas, o presidente Sarney deverá enviar ao Congresso proposta convocando a Constituinte para 1986. Ela fará parte do pacto político.



Conselho Político, tornando-o mais explícito.

Para ele, o pacto político deve anteceder o pacto social e a Constituinte. E deu um exemplo: a atual situação brasileira, caracterizada por distorções, deve-se basicamente à ausência de um pacto político nos últimos anos — que significou ausência de decisões fundamentais para a vida do País.

— O pacto é oportuno e conveniente. Mas talvez não venha a ter a magnitude que muitos estão enxergando.

Hesitação

Entre os que mantiveram uma postura mais cautelosa diante do pacto esteve seu próprio coordenador, deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Câmara. Ulysses praticamente só falou da convocação da Constituinte por José Sarney nos próximos 15 dias. Quando o assunto chegou ao pacto, ele se tornou reticente, dizendo que sua atuação não será exclusivista e na prática só procurará as lideranças partidárias quando houver matérias específicas para examinar, como a reforma da lei de greve, lei de segurança nacional e outras.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, deu a mesma explicação para o pacto político: seu objetivo é conseguir o consenso dos partidos para a aprovação das demais reformas que fazem parte do compromisso da Aliança Democrática, terminando com os resquícios autoritários e fortalecendo as instituições democráticas.

O governador paranaense José Richa falou mais claro: "A situação do País é difícil e é preciso dar uma trégua ao governo", ressaltando que o pacto "não implica apoio político incondicional da oposição ao governo".

— A ideia não é descaracterizar nin-

guém e menos ainda obter unanimidade a favor.

Mas os antimalufistas do PDS acreditam que isso até poderá acabar acontecendo, diante do interesse dos malufistas em se aproximarem do governo como única maneira de sobreviver, acostumados que estão a só atuar com os benefícios do poder. O senador Murilo Badaró, um dos líderes do partido, chegou a armar uma resistência, mas sem muita ênfase:

— Ninguém sabe ainda o que é o pacto. Está muito sem animação. O PDS sofreu muito no governo e vocês já querem envolvê-lo com a Nova República...

No Rio de Janeiro, o peemedebista Moreira Franco opinou que no momento seria mais importante tratar do "pacto econômico" a ser discutido por todas as classes produtivas do País: "O Brasil já vive um grande pacto político, que é a Nova República".

O pacto é necessário, na concepção do ministro Fernando Lyra, da Justiça, que também defende a manutenção e o revigoramento da Aliança Democrática. Tudo, porém, com data marcada para terminar: 1º de março de 1987, quando começa a funcionar a Constituinte. "Ali, cada partido deverá lutar por seus programas e idéias."